



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Serviço de Protocolo Geral

Processo: 4367/2018
Tipo: Projeto de Lei: 75/2018
Área do Processo: Legislativa
Data e Hora: 03/05/2018 17:34:47
Procedência: Sandro Parrini
Assunto: Dispõe sobre o Registro do Grupo Sanguíneo e Fator
RH nas Carteiras de Estudantes de Todos os Alunos da Rede
Pública do Município de Vitória e dá outras providências.

~~SANITIZADO~~ Lei nº 9.295

Processo: 4367/2018

Tipo: Projeto de Lei: 75/2018

Área do Processo: Legislativa

Data e Hora: 03/05/2018 17:34:47

Procedência: Sandro Parrini

Assunto: Dispõe sobre o Registro do Grupo Sanguíneo e Fator RH nas Carteiras de Estudantes de Todos os Alunos da Rede Pública do Município de Vitória e dá outras providências.



PROJETO DE LEI Nº ____/201__

DISPÕE SOBRE O REGISTRO DO GRUPO SANGUÍNEO E FATOR RH NAS CARTEIRAS DE ESTUDANTES DE TODOS OS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º. O Grupo Sanguíneo e Fator RH de todos os alunos da Rede Pública do Município de Vitória, serão registrados nas Carteiras de Estudantes ou Cadernetas Escolares pelas Escolas da Rede Pública do Município de Vitória.

Art. 2º. As informações de que trata o Art. 1º desta Lei deverão ser comprovadas através de exames e/ou documentos médicos pelos pais ou responsáveis dos alunos menores de 18(dezoito) anos, quando da realização da matrícula.

§1º. Os alunos que contarem com 18(dezoito) anos completos na data da matrícula, comprovarão pessoalmente com documentos médicos, as informações de que trata o Art. 1º desta Lei.

§2º. A não apresentação de exames e/ou documentos médicos na data da matrícula não impedirão a realização da matrícula do aluno, cabendo à unidade de ensino, periodicamente, solicitar as informações pendentes aos pais ou responsáveis.



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4367	02	8



Art. 3º. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de 90(noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Attilio Vivácqua, 02 de maio de 2018


SANDRO PARRINI
VEREADOR - PDT


CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4367	03	8



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa oferecer maior segurança aos alunos matriculados na Rede Pública do Município, bem como a seus pais, em possíveis ocorrências de acidentes.

A medida vai atingir um número elevado de crianças e adolescentes dos ensinos fundamental e médio do ensino público do Município.

Registre-se que matéria semelhante foi aprovada no Rio de Janeiro, sendo que naquele Estado o registro do grupo sanguíneo e fator RH foram inseridos nos uniformes escolares, mas para evitar qualquer despesa, elaboramos a inserção nas carteiras de estudantes, uma vez que elas já são elaboradas normalmente.

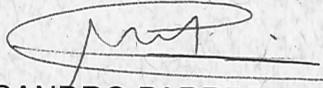
Importante ainda mencionar que caso determinada escola utilize a agenda ao invés da carteira de estudante, os dados deverão ser ali inseridos.

Anexo ao Projeto de Lei, juntamos um modelo de carteira de estudante e o local onde poderão ser inseridos os registros a que ele se refere.

O intuito é que a Lei seja adotada pelas escolas da rede municipal de ensino, através da Secretaria Municipal de Educação.

Considerando ser a medida importante, além de não gerar qualquer custo para o Poder Público, solicitamos o voto favorável dos ilustres Vereadores.

Palácio Attilio Vivácqua, 02 e maio de 2018.


SANDRO PARRINI
VEREADOR - PDT

Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 1788 - Ed. Paulo Pereira Gomes
5º Andar, sala 504 - Bento Ferreira - Vitória - ES - CEP: 29.050-940.



PREFEITURA DE
VITÓRIA

Secretaria Municipal
de Educação

Documento Estudantil
conforme Lei 4882/99

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4367	04	8

Turma
3º ANO C V Vesp

Nascimento
21/03/2009

Tipo Sanguíneo
e Fator RH:

PROPOSTA DE
INCUSÃO

A+

ano letivo

2017

matricula

data da emissão

12/05/2017

validade

Março/2018

Escola Municipal de Ensino
Fundamental

EBER LOUZADA
ZIPPINOTTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EMEF "EBER LOUZADA ZIPPINOTTI"
Rua Natalina Daher Carneiro, 815 - Jardim da Penha
CEP: 29060-490 - Vitória-ES - Tel: (27) 3235-1082
Ato de Criação: Lei 3.906 de 06/02/93
Ato de Aprovação: Res. Nº 015/99 do CEE de 27/04/99

Carimbo da escola
Assinatura do diretor

Natalina Daher Carneiro, 815 - Jardim Da Penha, Vitória. Telefone:
(27)3235-1082



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4367	05	8

Ao apel,
para providências,
Em: 03/05/2018.

INCLUÍDO NO EXPEDIENTE

Em 08/05/2018

DIRETOR

INCLUA-SE EM PAUTA PARA
DISCUSSÃO ESPECIAL

Em 08/05/2018

Presidente da Câmara

1ª
PAUTADO EM - DISCUSSÃO

Em 09/05/2018

PRESIDENTE DA CÂMARA

2ª
PAUTADO EM - DISCUSSÃO

Em 10/05/2018

PRESIDENTE DA CÂMARA

3ª
PAUTADO EM - DISCUSSÃO

Em 15/05/2018

PRESIDENTE DA CÂMARA

Camara Municipal de Victoria	Processo	Folha	Rubrica

AO S.A.C (SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES)
PARA ENCAMINHAR O PRESENTE PROCESSO
AS COMISSÕES ABAIXO

- 1) Justiça
- 2) Educação
- 3) Saúde
- 4) _____

EM 24/05/2018

DIRETOR DEL

Ao Sr. Presidente da Comissão de Justiça
para designar Relator, nesta data.

Em, 24/05/2018

Secretaria das Comissões

[Assinatura]

Prazo limite para devolução ao S.A.C.
Serviço de Apoio às Comissões até

23/05/2018

Secretaria do S.A.C.

[Assinatura]

DESIGNO PARA RELATAR NA
COMISSÃO DE JUSTIÇA

Wandersem Mairinho

EM, 24/05/18

Leontil
PPS

Prazo limite para devolução ao S.A.C.
Serviço de Apoio às Comissões até

11/06/2018

Secretaria do S.A.C.

[Assinatura]

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
4367	06	13

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei

Projeto de Lei nº 75/2018; Processo nº 4.367/2018

Autor: Sandro Parrini

Dispõe sobre o Registro do Grupo Sanguíneo e Fator RH nas Carteiras de Estudante de Todos os Alunos da Rede Pública do Município de Vitória e dá outras providências.

1 RELATÓRIO

O Projeto de Lei em análise tem como conteúdo obrigar as escolas de ensino público de Vitória a inserirem nas Carteiras de Identidade Estudantil o Grupo Sanguíneo e Fator RH dos respectivos alunos, podendo o Executivo regulamentar a lei por decreto. Essas informações deveriam ser entregues pelos responsáveis do estudante ao estabelecimento escolar, no momento da matrícula, ou a *posteriori*, com a responsabilidade dos centros educacionais de cobra-los. Nos casos de alunos maiores de 18 (dezoito) anos, ele seria o responsável por entregar os documentos, já que possui plena capacidade civil.

Para melhor análise do projeto de lei, segue a transcrição dele na íntegra:

Art. 1º. O Grupo Sanguíneo e Fator RH de todos os alunos da Rede Pública do Município de Vitória, serão registrados nas Carteiras de Estudantes ou Cadernetas Escolares pelas Escolas da Rede Pública do Município de Vitória.

Art. 2º. As informações de que trata o Art. 1º desta Lei deverão ser comprovadas através de exames e/ou documentos médicos pelos pais ou

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
4367	07	A3

responsáveis dos alunos menores de 18(dezoito) anos, quando da realização da matrícula.

§1º. Os alunos que contarem com 18(dezoito) anos completos na data da matrícula comprovarão pessoalmente com documentos médicos, as informações de que trata o Art. 1º desta Lei.

§2º. A não apresentação de exames e/ou documentos médicos na data da matrícula não impedirão a realização da matrícula do aluno, cabendo à unidade de ensino, periodicamente, solicitar as informações pendentes aos pais ou responsáveis.

Art. 3º. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de 90(noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor a data de sua publicação.

É o relatório.

2 FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

2.1 QUANTO À COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DO MUNICÍPIO

Com base no Art. 61 do Regimento Interno da Câmara Municipal dos Vereadores de Vitória, a resolução nº 1.919, de 10 de abril de 2013:

Art. 61 Compete à Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação:

I. opinar sobre o aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa das proposições;

II. opinar sobre o mérito das proposições, nos casos de:

a) consulta plebiscitária e referendo popular;

b) servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis;

c) criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, fixação dos respectivos vencimentos, bem como a criação ou extinção de órgãos da administração direta, indireta ou fundacional;

d) licença ao Prefeito Municipal para interromper o exercício das suas funções ou ausentar-se do Município ou do País;

e) licença para processar Vereador;

f) divisão territorial e administrativa do Município;

g) matérias cujo mérito não caiba a outra comissão se pronunciar.

O presente parecer focará em seu aspecto formal, principalmente em relação à Constituição, sem análise do mérito, já que não se encaixa em nenhum dos casos descritos no inciso II do dispositivo supracitado.

CAMARA MUNICIPAL DE VITORIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
4367	08	18

De acordo com o Art. 23 da Constituição da República:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

[...]

II – cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadores de deficiência;

Mesmo que o “cuidar da saúde”, exposto no dispositivo supracitado, seja uma competência material do Município, pode haver legislações sobre esse tema, devendo, nesse último caso, obedecer às normas de competência legislativa. Sobre o inciso II do Art. 23 nos casos de legislação, como a matéria é de competência comum/concorrente dos três entes federados, deve-se observar o disposto no Art. 30 da Constituição da República, quando se trata do Município.

Conforme o Art. 30, II da CRFB/88:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

II – suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

De acordo com esse dispositivo, a competência legislativa dos Municípios é “legislar sobre assuntos de interesse local” e “suplementar a legislação federal e estadual no que couber”, leia-se em assuntos de interesse local. Como o Município deve suplementar a legislação federal e a Constituição da República permite ao órgão federativo legislar para “cuidar da saúde”, em casos de interesse local, pode-se perceber que há possibilidade constitucional do Município legislar sobre o projeto de lei em questão.

Além do exposto, outra face, além do “cuidar da saúde”, seria o legislar sobre educação. Conforme o Art. 21, inciso XXIV, compete privativamente à União legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional, porém aspectos que não sejam tão gerais como as diretrizes e bases da educação nacional não são abarcados no rol de competência legislativa exclusiva da União.

Ao contrário, conforme a Constituição:

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
4367	09	13

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado¹ e da Família [...]

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
[...]

IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados e dos Municípios.

Se há profissionais da educação básica no âmbito dos Municípios, pode-se perceber que o Município também possui competência material e legislativa sobre a educação, suplementando a legislação federal, nos casos de interesse local, como exposto anteriormente. No caso do projeto de lei em questão, há interesse local, tanto no “cuidar da saúde” quanto na “educação, portanto, é de competência do Município legislar sobre o assunto.

2.2 QUANTO À COMPETÊNCIA DE INICIATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL

A Competência legislativa da Câmara Municipal possui caráter residual, ou seja, todos os assuntos que são pertinentes ao Município legislar e que não são de iniciativa privativa do Prefeito Municipal são de competência da Câmara Municipal de Vereadores de Vitória.

No tópico anterior, já foi discorrido sobre o projeto de lei ser de competência do Município, por ser a suplementação da legislação federal e havendo interesse local. Para chegar à conclusão se a matéria é de competência da Câmara Municipal, deve-se observar o Artigo 80, parágrafo único, no qual estão elencadas as competências legislativas privativas do Prefeito, e o Artigo 18 da Lei Orgânica de Vitória, que aborda as competências materiais privativas do Prefeito Municipal. Além disso, outro dispositivo deve ser observado, o Artigo 61, §1º, da Constituição da República que, pelo princípio da simetria, também são competência legislativas do Executivo Municipal, observando-se as devidas alterações.

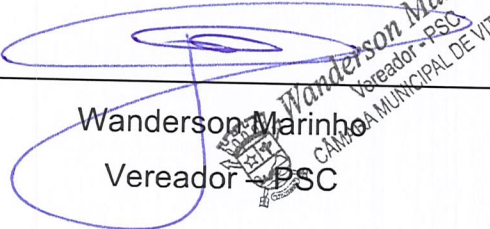
¹ “**Art. 1º** A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos: [...]”

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRIC.
436710		B

Ao observar os dispositivos citados e a separação de Poderes, pode-se perceber que a matéria do projeto de lei em questão é de iniciativa da Câmara, pois não enseja em aumento de gasto², não interfere na iniciativa privada, pois a eficácia é somente sobre as escolas públicas do Município de Vitória, e não interfere na Administração Pública Municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Comissão de Constituição e Justiça é competente em analisar somente o mérito da questão, exceto nos casos de matéria do Art. 61, II do Regimento Interno da Câmara Municipal dos Vereadores de Vitória, que não é o caso do projeto de lei em questão. Foi analisado que a matéria é de Competência dos Municípios e, mais especificamente, da Câmara Municipal dos Vereadores, não ocorrendo em inconstitucionalidade ou vício de iniciativa, e de acordo com a Legislação Federal. Devido ao exposto, **vota-se pela constitucionalidade e legalidade da proposição.**


 Wanderson Marinho
 Vereador - PSC
 CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

² Isso pode ser afirmado porque, de acordo com a lei municipal nº 5.553, de 26 de maio de 2002, há gratuidade nas carteiras escolares de Vitória. Além disso, de acordo com o artigo 1º, §6º, da lei federal nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, há a obrigatoriedade de haver a renovação anual das carteiras de estudante, fazendo com que haja a readaptação do modelo de carteira de identidade estudantil para o próximo ano sem que haja aumento de gastos.

Matéria : Projeto de Lei nº75/2018

Reunião : Comissão de Justiça 0706
Data : 07/06/2018 - 15:00:01 às 15:03:38
Tipo : Nominal
Turno : Ata
Quorum :
Total de Presentes : 5 Parlamentares

Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Rubrica
1367	11	AB

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
17	Davi Esmael	PSB	Sim	15:03:16
30	Leonil	PPS	Sim	15:03:12
32	Mazinho dos Anjos	PSD	Sim	15:03:20
28	Sandro Parrini	PDT	Sim	15:03:17
20	Wanderson Marinho	PSC	Sim	15:03:33

Totais da Votação :

SIM	NÃO	TOTAL
5	0	5

PRESIDENTE

SECRETÁRIO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
4367	12	40



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

REGIME DE URGÊNCIA

Exmº. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vitória.

O Vereador signatário, no uso de suas atribuições legais, requer a V.Exª., após ouvido o douto Plenário, com base no que preceitua o art. 313 a 323 do **Regimento Interno**, Resolução nº 1919/14, seja incluído na Pauta da Ordem do Dia em **REGIME DE URGÊNCIA**, o Projeto de Lei nº 75/2018 contido no Processo protocolado nesta Casa sob o nº 4367/2018.

Palácio Atílio Vivácqua, _____

Matéria : Requerimento de Urgencia 3

Reunião : 51ª Sessão Ordinária
 Data : 13/06/2018 - 18:24:42 às 18:25:17
 Tipo : Nominal
 Turno : Ata
 Quorum :
 Total de Presentes : 10 Parlamentares

CAMARA MUNICIPAL DE VITORIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
4367	13	10

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
35	Cleber Felix	PROG	Sim	18:24:54
33	Dalto Neves	PTB	Não Votou	
17	Davi Esmael	PSB	Não Votou	
29	Denninho Silva	PPS	Não Votou	
7	Fabricio Gandini	PPS	Sim	18:24:50
30	Leonil	PPS	Sim	18:24:49
24	Luiz Paulo Amorim	PV	Sim	18:24:47
9	Max da Mata	PSDB	Sim	18:24:57
32	Mazinho dos Anjos	PSD	Sim	18:25:13
31	Nathan Medeiros	PSB	Sim	18:24:49
11	Neuzinha	PSDB	Não Votou	
34	Roberto Martins	PTB	Sim	18:25:03
28	Sandro Parrini	PDT	Sim	18:24:48
21	Vinicius Simões	PPS	Não Votou	
20	Wanderson Marinho	PSC	Não Votou	

Totais da Votação: SIM NÃO TOTAL
 9 0 9

PRESIDENTE

SECRETÁRIO



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
	FOLHA	RUBRICA
4357	14	W

Comissão de Educação

DEL
PROJETO EM REGIME DE URGÊNCIA
Aprovado Parecer Verbal da Comissão de

Em 14 / 06 / 2018

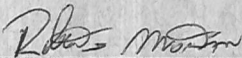
Ribeiro
Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE VITORIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
4362	15	PP

Reuniao : 52º Sessão Ordinária
Data : 14/06/2018 - 16:13:06 às 16:14:14
Tipo : Nominal
Turno : Ata
Quorum :
Total de Presentes : 9 Parlamentares

N Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
7	Fabricio Gandini	PPS	Sim	16:13:48
30	Leonil	PPS	Sim	16:14:08
34	Roberto Martins	PTB	Sim	16:13:53

Totais da Votacao :	SIM	NÃO	TOTAL
	3	0	3



PRESIDENTE

SECRETÁRIO



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
4367	16	10

Comissão de Saúde e Assistência Social.

D E L
PROJETO EM REGIME DE URGÊNCIA
Aprovado Parecer Verbal da Comissão de

Em 14 / 08 / 2008

Presidente

Matéria : CS Projeto de Lei nº 75/2018

Reunião : 52º Sessão Ordinária
Data : 14/06/2018 - 16:16:05 às 16:16:43
Tipo : Nominal
Turno : Ata

CAMARA MUNICIPAL DE VITORIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
4367	17	NO

Quorum :

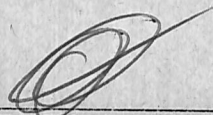
Total de Presentes : 6 Parlamentares

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
35	Cleber Felix	PROG	Sim	16:16:22
33	Dalto Neves	PTB	Sim	16:16:19
7	Fabício Gandini	PPS	Sim	16:16:35

Totais da Votação :

SIM 3 NÃO 0

TOTAL 3



PRESIDENTE

SECRETÁRIO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
4367	19	10

Incluído em pauta da
Ordem do dia 14/06/2018

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ENCERRADA A DISCUSSÃO ÚNICA - APROVADA VOTAÇÃO ÚNICA
AO DEL PARA EXTRAÇÃO DO AUTOGRAFO

Em, 14 / 06 / 2018

Presidente da CMV

Ao Sr.(Sra.), Pedro Endlich Santos
Para extração do Autógrafo de Lei e
encaminhamento ao Executivo Municipal.

Em 15 / 06 / 2018

Diretor DEL

Sr. Diretor, devidamente providenciado.

Em, 18 / 06 / 2018

Leticia P.

ASSINATURA

Matéria : Projeto de Lei nº 75/2018

CAMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
4367	19	12

Reunião : 52º Sessão Ordinária
 Data : 14/06/2018 - 17:03:17 às 17:04:09
 Tipo : Nominal
 Turno : Ata
 Quorum :
 Total de Presentes : 14 Parlamentares

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
35	Cleber Felix	PROG	Sim	17:03:26
33	Dalto Neves	PTB	Sim	17:03:37
17	Davi Esmael	PSB	Não Votou	
29	Denninho Silva	PPS	Não Votou	
7	Fabício Gandini	PPS	Sim	17:03:35
30	Leonil	PPS	Sim	17:03:21
24	Luiz Paulo Amorim	PV	Não Votou	
9	Max da Mata	PSDB	Sim	17:03:28
32	Mazinho dos Anjos	PSD	Sim	17:03:44
31	Nathan Medeiros	PSB	Sim	17:03:32
11	Neuzinha	PSDB	Não Votou	
34	Roberto Martins	PTB	Sim	17:03:24
28	Sandro Parrini	PDT	Sim	17:03:21
21	Vinicius Simões	PPS	Sim	17:04:04
20	Wanderson Marinho	PSC	Não Votou	

Totais da Votação :

SIM
10

NÃO
0

TOTAL
10

PRESIDENTE

SECRETÁRIO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
4367	20	10

OF.PRE. AUT. Nº 241

Vitória, 18 de Junho de 2018.

Assunto: **AUTÓGRAFO DE LEI**

Senhor Prefeito,

Em cumprimento ao que dispõe o Art. 83 da Lei Orgânica do Município de Vitória, encaminho a Vossa Excelência o **Autógrafo de Lei nº 11.016/2018, referente ao Projeto de Lei nº 75/2018, de autoria do Vereador Sandro Parrini** aprovado em Sessão Ordinária realizada no dia 14 de Junho de 2018.

Atenciosamente,

Vinícius Simões
PRESIDENTE

Exmo. Sr.
Luciano Santos Rezende
Prefeito Municipal de Vitória
NESTA

Processo **3547554/2018** Prioridade **EXPRESSA**
Data: 19/06/2018 Hora 16:52
Requerente VITORIA CAMARA MUNICIPAL
Assunto AUTÓGRAFO DE LEI

Documento OFICIO - 241
Destino **SEGOV/SUB-RI**
Volume 01/01





CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
4367	21	ND

AUTÓGRAFO DE LEI Nº 11.016

A Câmara Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, havendo APROVADO o **Projeto de Lei nº 75/2018**, envia-o ao Prefeito Municipal na forma do Art. 83 da Lei Orgânica.

DISPÕE SOBRE O REGISTRO DO GRUPO SANGUÍNEO E FATOR RH NAS CARTEIRAS DE ESTUDANTES DE TODOS OS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º. O Grupo Sanguíneo e Fator RH de todos os alunos da Rede Pública do Município de Vitória, serão registrados nas Carteiras de Estudantes ou Cadernetas Escolares pelas Escola da Rede Pública do Município de Vitória.

Art. 2º. As informações de que trata o art. 1º desta Lei deverão ser comprovadas através de exame e/ou documentos médicos pelos pais ou responsáveis dos alunos menores de 18 (dezoito) anos, quando da realização da matrícula.

§1º. Os alunos que contarem com 18 (dezoito) anos completos na data da matrícula, comprovarão pessoalmente com documentos médicos, as informações de que trata o art. 1º desta Lei.

§2º. A não apresentação de exames e/ou documentos médicos na data da matrícula não impedirão a realização da matrícula do aluno, cabendo à unidade de ensino, periodicamente, solicitar as informações pendentes aos pais ou responsáveis.



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
4367	02	10

Art. 3º. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio Atílio Vivácqua, 18 de Junho de 2018.

Vinícius José Simões
PRESIDENTE

Wanderson José da Silva Marinho
1º SECRETÁRIO

Leonil Dias da Silva
2º SECRETÁRIO

Adalto Bastos das Neves
3º SECRETÁRIO



Prefeitura Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
4367	23	MO

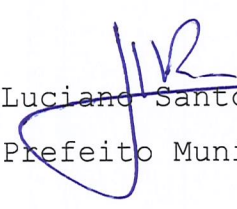
SEGOV/248

Vitória, 09 de julho de 2018

Senhor Presidente:

Sancionei na Lei nº 9.295, anexa, o Autografo de Lei nº 11.016/18, referente ao Projeto de Lei nº 75/18, de autoria do Vereador Sandro de Menezes Parrini.

Atenciosamente,


Luciano Santos Rezende
Prefeito Municipal

Processo: 0/2018
Tipo: Documento: 432/2018
Área do Processo: Administrativa
Data e Hora: 10/07/2018 19:10:26
Procedência: Prefeitura Municipal de Vitória
Assunto: Sancionado na lei nº 9.295, Projeto de Lei nº 75/18, Vereador Sandro Parrini

Exmo.Sr.

Vereador Vinícius José Simões

Presidente da Câmara Municipal de Vitória

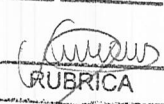
Nesta

Ref.Proc.3547554/18

4367/18

Projeto de Lei nº: 75/2018
Processo nº: 4367/2018
Autor: Sandro Pardini



SEGOV/GDO
DIÁRIO OFICIAL DO
MUNICÍPIO DE VITÓRIA
DE: 10 / 07 / 18

RUBRICA

LEI Nº 9.295

Dispõe sobre o registro do Grupo Sanguíneo e Fator RH nas carteiras de estudantes de todos os alunos da rede pública do Município de Vitória e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, na forma do Art. 113, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Vitória, a seguinte Lei:

Art. 1º. O Grupo Sanguíneo e fator RH de todos os alunos da Rede Pública do Município de Vitória serão registrados nas Carteiras de Estudantes ou Cadernetas Escolares pelas Escolas do Município de Vitória

Art. 2º. As informações de que trata o Art. 1º desta Lei deverão ser comprovadas através de exames e/ou documentos médicos pelos pais ou responsáveis dos alunos menores de 18 (dezoito) anos, quando da realização da matrícula.

§ 1º. Os alunos que contarem com 18 (dezoito) anos completos na data da matrícula comprovarão pessoalmente com documentos médicos, as informações de que trata o Art. 1º desta Lei.

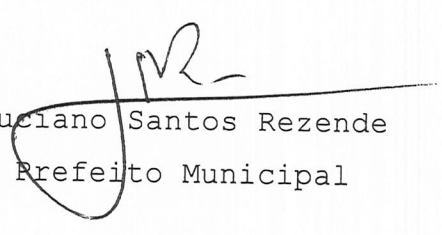


§ 2º. A não apresentação de exames e/ou documentos médicos na data da matrícula não impedirão a realização da matrícula do aluno, cabendo à Unidade de Ensino, periodicamente, solicitar as informações pendentes aos pais ou responsáveis.

Art. 3º. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Jerônimo Monteiro, em 09 de julho de 2018.


Luciano Santos Rezende
Prefeito Municipal

Ref.Proc.3547554/18

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo
Departamento Legislativo

Sr. Diretor,
Encaminhar para Expediente Externo
A Lei Sancionada nº 9.295
Em, 12/07/2018

Funcionário *Letícia Port*

INCLuíDO NO EXPEDIENTE EXTERNO
Em, 12/07/2018

[Signature]
Diretor/DEL

Ao DEL,
Para providenciar os demais encaminhamentos
Regimentais relativos ao presente processo.
Em, 12/07/2018

Presidente

ARQUIVE-SE

Em, 13/07/2018



Sylvian Manola
Diretor do Depto. Legislativo
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Sr. Diretor, devidamente providenciado.
Em, 10/07/18
Letícia Port
ASSINATURA